



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

220 anos do Tratado de Badajoz e da posse das Missões pelos luso-brasileiros - 210 anos da Intervenção de Dom João na Banda Oriental - 200 anos do Tratado de Incorporação da Cisplatina ao Império - 190 anos da Abdicação - 190 anos da criação da Guarda Nacional - 180 anos da pacificação da Balaiada por Caxias - 170 anos do início da Guerra contra Oribe e Rosas - 160 anos da Questão Christie - 150 anos do Tratado de Paz com o Paraguai - 150 anos da Lei do Ventre Livre - 130 anos da 1ª Constituição Republicana - 120 anos do início da Revolução Acreana por José Plácido de Castro - 80 anos da criação do Ministério da Aeronáutica.

ANO 2020

Janeiro

Nº 366

NOTA DO Cel ERNESTO GOMES CARUSO SOBRE A DENOMINAÇÃO HISTÓRICA DO 18º GAC – Grupo General Mello Bravo

Prezado Caminha,

Agradeço a retificação e, aproveitando a oportunidade, solicito publicar em outra edição, o nosso esclarecimento sobre o assunto, para conhecimento dos seus ilustres leitores.

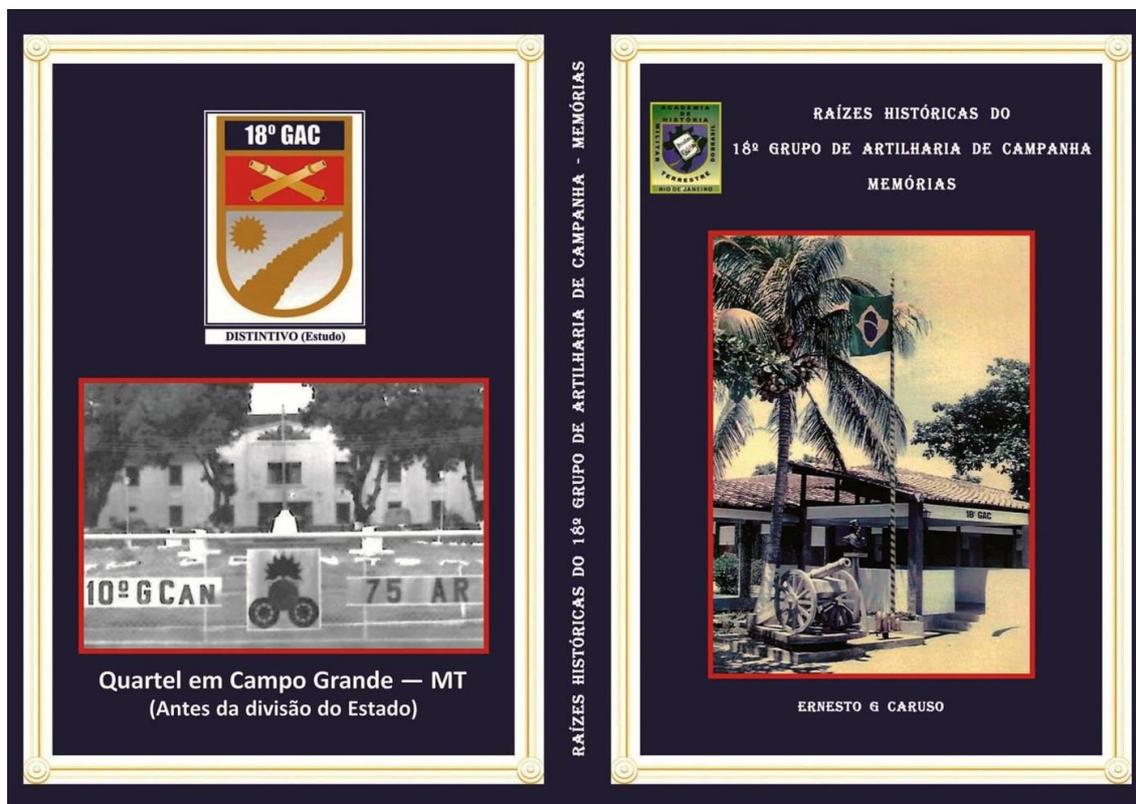
Ressalvamos, que em qualquer parte do livro ou das divulgações feitas por nós, será encontrada alguma referência como denominação histórica do 18º GAC, como sendo, Grupo Marechal Argolo.

Embora, demonstre à luz de visão pessoal e da documentação exposta como o 18º GAC, por suas organizações predecessoras tenha participado de guerra externa, com origem no mesmo berço do Regimento Floriano, hoje, 1º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva. Ambas organizações criadas em 1908, respectivamente, como 5º Regimento de Artilharia Montada e 1º Regimento de Artilharia Montada. No caso, fazendo jus à denominação histórica, estandarte histórico e distintivo de braço, e condição imposta de que o homenageado tenha vínculo com a organização militar em pauta. Como se pode verificar na imagem da contracapa do livro, a expressão (ESTUDO). De forma idêntica nas páginas internas do livro.

Como adendo, destacamos que o 9º Grupo de Artilharia de Campanha/Nioaque - Grupo Major Cantuária - que tem como unidade predecessora o 18º GAC, recebeu tal reconhecimento. Essa Unidade foi criada em 1938, em Aquidauana/MT, com origem na Bateria de Artilharia a Cavalos do Regimento

Misto de Artilharia. Regimento Misto de Artilharia, com parada em Campo Grande.

Renovado agradecimento, Abraços, Caruso.



Comentários do Cel Manuel Soriano Neto, antigo Ch do CDocEx sobre este assunto:

Prezados amigos Caruso e Caminha:

À guisa tão somente de colaboração, desejaria acrescentar algumas brevíssimas achegas às considerações acerca do assunto tratado. Por doze anos (de 1993 a 2005) fui chefe do CDocEx e todas as ditas 'honrarias castrenses' (denominações e estandartes históricos, distintivos de bolso, canções militares, uniformes históricos, instituição de Patronos, restabelecimento de valores, tradições e místicas, etc, etc) eram analisadas pelo Centro, que elaborava um Estudo e, se aprovado, redigia as devidas Portarias para o Ministro - até 1999 - ou para o Comandante do Exército, depois daquele ano.

Em 1994, sugeri ao 4º BECnst (4º Batalhão de Engenharia de Construção) de Barreiras (BA) a denominação histórica de "Batalhão General Argolo", o que se concretizou mediante a Portaria Ministerial 395/94, que também concedia àquele batalhão, o respectivo estandarte histórico. E por que tais distinções? O general Alexandre Gomes de Argolo Ferrão Filho - Visconde de Itaparica - era baiano e foi o construtor da famosa 'Estrada do Chaco', sobre o pantanoso Grão-Chaco, para a realização da memorável Manobra do Pikissiry, pelo Marquês de Caxias.

Era uma difícilíssima tarefa, que muitos não acreditavam que poderia ser realizada. Madame Elisa Lynch, amásia de Solano López, declarou, ao saber da empreitada, que "Aníbal só existiu um"... Contudo, Caxias, bem conhecendo as virtudes que exornavam a personalidade de seu dedicado e resoluto general, lhe confiou a "impossível" tarefa. Respondeu-lhe Argolo, ao receber a Missão: "Marquês, se for possível está feita; se for impossível, vamos fazê-la"! E, em 23

dias de extenuantes atividades, a estrada, de cerca de 11 Km foi construída, e os três Corpos de Exército do Brasil por ela passaram e foram acometer o inimigo, pela retaguarda, na grande manobra denominada de "Dezembrada", em 1868 (era a segunda 'dezembrada' da Guerra do Paraguai, eis que a primeira, a paraguaia, se deu em dezembro de 1864, quando o Mato Grosso foi ocupado e de onde os paraguaios só se retiraram em 1869). Contam os mais atentos historiadores que o general Argolo (apelidado pela soldadesca de 'General Tatu' ou "Tuco-tuco"), era rigorosíssimo e fazia todo mundo trabalhar exaustivamente, inclusive a escolta de tropas de Infantaria que tinha o encargo de dar proteção às obras de engenharia para a construção. Ele determinava o ensarilhamento das armas e todos, sem exceção, iam derrubar troncos de carandá - foram derrubadas da ordem de seis mil árvores (uma palmeira bem comum no Pantanal, muito semelhante à carnaubeira do Nordeste) - e levá-los, a braço, até o local das obras. Dizem mais que quando uma patrulha paraguaia se aproximava, era um corrida infrene ao armamento e ele (militar de muito baixa estatura), bradava, zombeteiramente: "Deitem-se, senhores! Eu não preciso e tenho coragem!" Diga-se que tal destemor lhe foi fatal quando da primeira das batalhas travadas, em 6 de dezembro de 1868, - a de Itororó -, pois ele, sempre à frente de suas tropas, foi gravemente ferido e teve de retornar à Corte onde faleceria dois anos depois, por causa das sequelas dos ferimentos...

Ainda mais: o 19º BC (19º Batalhão de Caçadores) - "Batalhão Pirajá" - de Salvador (BA) considera o intrépido Infante General Argolo Ferrão, com o 'Patrono da Unidade'!

Eram esses os acréscimos que gostaria de fazer, na lembrança de um nome tão íncito de nosso glorioso Exército. Em desejando, amigo Caminha, pode publicar essas alinhavadas linhas, em seu prestigioso "O Tuiuti".

Fraterno abraço,

Soriano.

X-X

Cel Caruso: Prezados amigos

De início agradecer a contribuição do ilustre infante e historiador, Cel Soriano, também integrante da Turma Duque de Caxias.

O estudo que fizemos foi em 1987/88 e não havia a homenagem idêntica ao Gen Argolo, que, como registrado nos seus assentamentos têm predominantemente vínculo com a Artilharia, com a Unidade em pauta e com o estado do Mato Grosso.

1. VÍNCULO COM O 1º Btl Art A PÉ

- Assentou praça de 1º Cadete em 02/12/1837 no **1º Btl Art a Pé**.
- Em 28/11/1848 foi transferido para o **4º Btl Art a Pé**, corpo que comandou de 01 a 08 de janeiro de 1849.
- Comandante do 1º Btl Art a Pé de **01/12/1857 a 20/12/1860**.

2. VÍNCULO COM O 1º RACav

- Em 02/12/1860 foi promovido por merecimento ao posto de **Coronel para o 1º Regimento de Artilharia a Cavalos onde ficou até 1865**.

3. VÍNCULO COM O ESTADO DE MATO GROSSO

- Em junho de 1856 expedicionou com o **2º Btl Art a Pé** para a província de Mato Grosso.

- Em 28 de outubro de 1856 foi incumbido do Comando Geral das Fronteiras do Paraguai e Miranda.

- Em 26 de junho de 1857 foi extinto o Comando Geral das Fronteiras do Paraguai e Miranda, onde passou a exercer as funções de Comandante do 2º Btl a Pé (CORUMBÁ).

No entanto, essa não é a questão primordial em termos de resgatar as raízes históricas do 18º GAC, que é o foco principal do estudo. Pode ser outro nome de mérito que terá o mesmo valor, e assim, como prevê a legislação, fazer jus à denominação histórica, estandarte e distintivo.



Leia o novo texto do Cel Vogt – Responsabilidade - no blog www.escritorcfvogt.blogspot.com.br

Colônia do Sacramento: considerações quanto à sua localização

José Carlos Pöppl Filho¹

Resumo: O artigo apresenta as considerações econômicas para a localização da Colônia do Sacramento em frente a Buenos Aires, e reflete sobre outra possível localização para o empreendimento português, qual seja, a Ilha de Maldonado. No entanto, o local escolhido para o sítio resultou na existência de um Estado-tampão entre a Argentina e o Brasil.

A fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, foi a materialização do processo de expansão comercial e territorial do Estado lusitano e das elites mercantis luso-brasileiras rumo ao Prata, pois viabilizou e restabeleceu os vínculos comerciais rompidos após o fim da União Ibérica em 1640². No entanto, a atenção da Coroa voltada tão somente à interesses econômicos – particularmente pela prata, produto fundamental em uma economia que sofria com a escassez crônica de moeda naquele período – resultou em que aspectos geopolíticos expressivos deixassem de ser enfatizados, eis que representou o abandono dos limites estipulados pelo Tratado de Tordesilhas, ao estabelecer o empreendimento português na margem norte do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires.

O artigo procura ampliar o campo historiográfico sobre o tema, uma vez que existe extensa bibliografia versando sobre as razões econômicas que determinaram a localização de Sacramento em frente a Buenos Aires. No entanto, não há (ou, se houver, são muito reduzidas) fontes abordando, no campo geopolítico, as consequências determinadas pela localização do empreendimento.

A metodologia constituiu-se de pesquisa bibliográfica, especialmente sobre as considerações econômicas, e reflexões do autor buscando analisar o impacto geopolítico de outro local do sítio que não o escolhido. Portanto, o texto visa a preencher esta lacuna. A seguir, as considerações de natureza econômica que determinaram a localização da Colônia do Sacramento em frente a Buenos Aires e, após, as geopolíticas.

1) Considerações Econômicas

Tal empresa, a Colônia do Sacramento, visava a restabelecer os fortes vínculos comerciais existentes durante a união das duas Coroas Ibéricas, pois ao fim da Guerra da Restauração (1640-1668) Portugal

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

² Em 1578, na batalha de Alcácer-Quibir, o rei português D. Sebastião foi morto, abrindo uma disputa pelo trono português. Assumiu o trono provisoriamente o cardeal D. Henrique, seu tio-avô, que não possuía descendentes diretos. Com sua morte, assumiu a Coroa portuguesa, em 1580, o soberano espanhol Felipe II, inaugurando o período chamado “União Ibérica”, que durou até a chamada Restauração de Portugal, em 1640 (KÜHN, 2002, p. 28).

encontrava-se em péssima situação financeira e pesadamente endividado junto às nações que o auxiliaram a garantir sua independência em relação à Espanha e, por isso, passou a adotar uma política que visava a desenvolver as potencialidades econômicas da América portuguesa, eis que o comércio oriental havia passado para as mãos dos holandeses e parecia definitivamente perdida qualquer ilusão de rearticulação do antigo monopólio comercial português no Oriente.

A expansão luso-brasileira para o Sul resultou de ambições econômicas que se associaram a fortes impulsos geopolíticos, pois após a expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1532), a navegação portuguesa parecia ter esquecido o rumo do Rio da Prata por longos cinquenta anos. Na penúltima década do século XVI, porém, navios lusos voltaram a aparecer no estuário, ao mesmo tempo em que navios de Buenos Aires dirigiam-se ao Brasil, dando início a uma corrente de trocas comerciais que, embora com interrupções, se prolongaria ao longo do século XVII.

A colonização espanhola concentrou-se de início principalmente no Peru, atraída pelo ouro e prata, enquanto as terras platinas, consideradas pobres por não disporem de metais preciosos, ficaram em grande parte ao abandono. A própria cidade de Buenos Aires, fundada em 1536, foi abandonada cinco anos depois e só veio a ser definitivamente restabelecida em 1580.

O principal mercado espanhol era a famosa cidade de Potosi no Alto Peru, devido à descoberta de importantes filões de metal branco (prata) em 1545, o que provocou um extraordinário influxo de multidões, passando então a ser o maior aglomerado populacional da América do Sul.

No entanto, a altitude de milhares de metros, com baixas temperaturas, ventos violentos e chuvas escassas tornavam ali a agricultura impossível e a criação de gado muito difícil. Para abastecer sua enorme população, Potosi tinha que recorrer às importações de Tucumán, do Chile, do baixo Peru e da Europa, pagando as mercadorias em barras de prata e a preços altíssimos.

Nesse contexto, ao fundar-se Buenos Aires pela segunda vez, em 1580, segundo Almeida (1957, apud CANABRAVA, 1984, p.20), o cenário indicava que “[...] as Províncias do Rio da Prata e as de Tucumán constituíam dois mundos à parte: cidades fluviais de um lado, cidades continentais de outro, viviam separadas”, e foi precisamente nesse cenário que coube a nova Buenos Aires realizar a “articulação entre esses dois sistemas”.

Desde há muito que administradores e governadores apontavam a conveniência de um porto no estuário. Buenos Aires veio a corresponder à necessidade de romper o isolamento de Tucumán, transformando em realidade a ideia de estabelecer uma via de comunicação comercial entre o Alto Peru e a Espanha, por intermédio das regiões platina e tucumana.

É sabido que a Espanha procurou manter a exclusividade do comércio com suas possessões americanas e que ele se fazia por uma única “rota oficial”. As mercadorias europeias, enviadas através de Sevilha pela *Casa de Contratación*, que deveriam ser trocadas pela prata peruana, eram levadas pelas frotas de *Nombre de Dios* e depois Portobelo, no Panamá, onde se realizavam importantes feiras.

Transportados através do istmo, os produtos eram embarcados nos portos de Perico e Panamá, conduzidos pela frota do Pacífico a Callao, e daí, sobre mulas, até Lima, onde se espalhavam por todo o Vice-Reino do Peru. Enfim, a extensão desta via comercial, os perigos e dificuldades do transporte no mar e em terra, os transbordos, os impostos e as taxas alfandegárias e ainda os lucros dos intermediários, faziam com que as mercadorias chegassem ao seu destino a preços exorbitantes. Considerando-se que nas feiras do istmo os preços atingiam até 500% de lucro, pode-se imaginar por qual preços se venderiam esses produtos em Lima e em Potosi!

Assim, renascia Buenos Aires com evidentes objetivos mercantis, e logo a cidade procurou lançar-se ao comércio, tirando proveito de sua privilegiada posição geográfica em relação à “rota oficial” do Pacífico.

Estabeleceu-se ainda, de acordo com Almeida (1957, p. 72), uma corrente de trocas com o Brasil, pelo menos desde o final do século XVI, a qual ganhou impulso no primeiro quartel do século XVII graças ao bispo de Tucumán, D. Francisco de Vitória, que, a pretexto de pedir alguns padres da Companhia de Jesus para a sua diocese, enviou por várias vezes ao Brasil quantidades de ouro e prata em navios que levavam de retorno escravos africanos, ferro, objetos manufaturados, roupas e gêneros alimentícios.

O lento, mas constante progresso de Buenos Aires só em pequena medida podia ser devido ao comércio legal, pois, às vezes à sombra deste, e, outras vezes inteiramente à margem, floresceu desde cedo o

contrabando. Os comerciantes estrangeiros recorriam a toda espécie de fraudes, conseguindo mesmo enviar os seus artigos por meio das frotas espanholas, recebendo em troca o retorno de ouro e prata. Deste modo, as populações coloniais podiam receber os artigos que precisavam com maior abundância e a preços mais baixos. Ainda que nem sempre essas expedições de contrabando tenham sido bem-sucedidas, o certo é que frutificaram, pois o movimento do porto portenho aumentou de modo sensível, e também não foi pequeno o proveito que o Brasil tirou destas relações com a entrada de metais preciosos em abundância, conforme se conclui da carta do mercador Francisco Soares, escrita do Rio de Janeiro para Portugal em 1597, onde afirmava que o proveito deste comércio era de tal ordem que se tinha o receio de não ser acreditado, uma vez que se julgava possível atingir mesmo os 1.000% de lucro. Entendia ainda Soares que era de se considerar a ida às minas de Potosi e acrescentava:

"Se os negociantes portugueses e hespanhoes tivessem conhecimento deste commercio, conforme carta do mercador Francisco Soares, não mandariam nem arriscariam tantas mercadorias para Carthagená, como fazem. Por isso, este Rio é um grande commercio, o mais próximo e mais fácil caminho para ir ao Perú" (ALMEIDA, 1957, p. 73).

Como se verifica na carta do mercador, o Rio da Prata era somente uma via entre o Brasil e a região peruana, pois Buenos Aires não passava de uma cidade pobre, sem ouro nem prata e, por isso, quase sem moeda metálica, sendo em consequência tão importante a atividade comercial dos portugueses no Rio da Prata durante o primeiro quartel do século XVII que este "se transformou num verdadeiro rio português" (CANABRAVA, 1984, p.126).

Por fim, o comércio de escravos africanos, quase sempre nas mãos dos portugueses, aumentava ainda as facilidades do contrabando, pois estes muitas vezes realizavam o tráfico diretamente dos portos africanos.

Tais fatos, antes da Restauração lusitana, suscitaram rivalidades entre portugueses e espanhóis pelo comércio do Rio da Prata, pois os centros fornecedores africanos estavam nas mãos dos portugueses e as relações mercantis com as Índias Ocidentais eram monopólio espanhol. Daí resultou que para resolver o problema da mão de obra nas colônias americanas a Espanha não pode dispensar o concurso do seu vizinho peninsular, mesmo depois de 1580.

Se o contrabando prosperou, foi porque satisfazia às necessidades dos colonos e ainda porque dois motivos principais contribuíram para facilitar este comércio ilícito: por um lado, a impossibilidade de as autoridades coloniais espanholas exercerem vigilância eficaz sobre o vastíssimo litoral americano e, por outro, a venalidade de muitas dessas mesmas autoridades, que não só permitiam as fraudes, mas delas tiravam proveito.

O comércio do Rio da Prata, consoante Almeida (1957, p. 83), entrou em decadência a partir do segundo quartel do século XVII, particularmente em face do aumento do rigor contra os portugueses, principais organizadores do contrabando, mas também em face do domínio do Atlântico Sul pela marinha holandesa após a ocupação do Nordeste brasileiro em 1630, de Luanda em 1641 e do fim da União Ibérica em 1640.

A estes acontecimentos, de acordo com Almeida (1957, p. 84), outros de não menor importância se associaram e vieram a ter graves repercussões na vida econômica de Portugal e do Brasil durante o século XVII, como a diminuição da produção de ouro e prata da América espanhola, principalmente depois de 1630, agravadas pelo encerramento do comércio platino depois de 1641, provocando sensível diminuição da entrada da prata peruana no Brasil e em Portugal.

A esta diminuição da produção de metais preciosos, que provocou uma verdadeira crise de restrição monetária, se associou também uma crise do açúcar e do tabaco brasileiros, em consequência da concorrência cada vez maior das Antilhas que produziam estes produtos desde meados do século XVII por iniciativa dos holandeses, franceses e ingleses.

Em Portugal, havia consciência da situação e da necessidade imperiosa de tomar medidas adequadas. Já em 1673 uma consulta do Conselho Ultramarino sobre o estado do comércio nas colônias aconselhava ao Príncipe Regente "*Mande V. A. intentar tudo e descobrir tudo.*"³

³Arquivo Histórico Ultramarino: Lisboa. Conselho Ultramarino, cód. nº 17, fl. 124.

Conforme relata com precisão Boxer⁴ (apud ALMEIDA, 1957), o governo português tinha três possíveis caminhos para dominar a crise: o estabelecimento de manufaturas no reino; o descobrimento e exploração de minas no Brasil; e a abertura de novos ramos de comércio colonial que fizessem derivar para o Brasil a prata do Peru. O governo português experimentou os três métodos simultaneamente.

O primeiro método, segundo Almeida (1957, p. 88), revelou-se na política mercantilista do conde da Ericeira⁵, com a sua pragmática e o fomento industrial a partir de 1677.

O segundo método, exploração de minas no Brasil, fez-se sentir desde os primeiros tempos do descobrimento e ocupação da terra. Entretanto, a busca mais sistemática das preciosidades do sertão, como atividade socioeconômica, somente começou no século XVII com as chamadas Entradas e Bandeiras, porém, apenas no início do século XVIII, é que foram achadas no interior da Capitania de São Paulo (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso).

Finalmente, o terceiro caminho foi igualmente tentado. Desde muito cedo as autoridades e moradores do Brasil tinham a ideia de que a falta de moeda era consequência do encerramento do comércio platino após a Restauração de Portugal. Era importante, pois, que fosse restabelecido o antigo caminho, ou descaminho. Este ponto de vista, segundo Almeida (1957, p. 89), aparece expresso com frequência na documentação da época e pode-se encontrá-lo até em um escrito do Padre Antônio Vieira, quando diz concisamente que o Brasil com a desunião do Rio da Prata não tem dinheiro. Reconhecia-se, portanto, que a pouca moeda existente viera quase toda do Peru pela via platina, no tempo em que o tráfico era possível.

Desse modo, verifica-se que o restabelecimento desse comércio aparecia como solução ideal, apesar das graves dificuldades que se lhe opunham, como a proibitiva legislação espanhola e, além disso, havia ainda o estado de guerra decorrente da Restauração.

Contudo, [...] as necessidades da vida econômica foram mais fortes do que as conveniências políticas, o que fez com que D. João IV⁶ permitisse, desde 1641, que seus vassallos do reino (Brasil e colônias africanas) tivessem trato com os vassallos da Coroa de Espanha, continuando assim o transporte de escravos como antigamente se fazia. Ordenou ainda ao governador do Brasil, Antônio Teles da Silva, que não se praticasse nenhum ato de hostilidade contra os espanhóis do Rio da Prata e que se procurasse restabelecer com eles as relações comerciais (ALMEIDA, 1957, p.90).

Estas ordens e permissões reais possibilitaram que de 1640 até 1680 fossem realizadas várias viagens ao Rio da Prata com fins mercantis, sem falar de iniciativas particulares. Contudo, nem todas estas viagens deram resultados, por não terem vencido a intransigência oficial espanhola, que, nem mesmo após a paz de 1668, arrefeceu as ordens do Rei de Espanha, as quais continuavam mais restritivas do que nunca, fazendo com que fossem apresados alguns navios que iam a Buenos Aires transportando escravos e tecidos.

Dessa forma, em face destas dificuldades, o regente D. Pedro buscou uma solução para o restabelecimento do comércio platino, resolvendo fundar uma base permanente, estrategicamente situada em frente de Buenos Aires, ou seja, à entrada da grande via de comunicação do Peru com o Atlântico. Portanto, ao principiar o ano de 1680, surgia, na margem norte do Rio da Prata, a Colônia do Sacramento, um empreendimento financiado, na prática, pelos comerciantes do Rio de Janeiro – como resultado de um longo e complexo processo histórico – como um dos possíveis caminhos para solucionar a crise econômica luso-brasileira e especialmente o problema da falta de moeda. Aparecia também como meio de aproveitar a riqueza da pecuária das regiões meridionais, incorporando ao patrimônio lusitano uma grande área onde abundava o gado chimarrão (gado domesticado que retornou ao estado de vida selvagem) oriundo da Vacaria do Mar.

2) Considerações Geopolíticas

Em que pese a grande sabedoria dos portugueses no bem local, projetar e construir seus empreendimentos, Portugal, quando da escolha do local para a fundação da Colônia do Sacramento, em frente a

⁴ Charles Ralph Boxer foi um historiador britânico, notável conhecedor da história colonial portuguesa e holandesa.

⁵ D. Luís, de Meneses (1632-1690), 3.º Conde da Ericeira, Ministro das Finanças de Pedro II de Portugal.

⁶ João IV, apelidado de João O Restaurador, foi Rei de Portugal e Algarves de 1640 até à sua morte em 1656.

Buenos Aires, cometeu pecados em termos geopolíticos, cujas consequências perduram até hoje, senão vejamos: inicialmente, a proximidade de Buenos Aires favorecia aos espanhóis a adoção de medidas militares contra os portugueses; em segundo lugar, pecaram ao deixar de selecionar outra localidade mais próxima de sítio português e, portanto, mais afastada dos castelhanos; e, por fim, o lugar selecionado não favorecia a almejada delimitação por fronteiras naturais⁷ do domínio português na América, pois desde os primeiros tempos da colonização Portugal enxergava no estuário o limite meridional da entidade luso-brasileira, uma vez que para os lusos a linha de Tordesilhas passaria por Buenos Aires.

A propósito, salienta-se que inicialmente, segundo Hollanda (2004, p. 325), cogitou-se fundar o estabelecimento na Ilha de Maldonado, à boca do estuário do Prata, na banda norte, conforme exposição de motivos de Antônio Rodrigues de Figueiredo à Sua Majestade, pois pensava o autor da exposição que tal sítio facilitaria aos castelhanos irem ali, com suas barcas, comerciar com os portugueses. E não deixava de lembrar o proveito que daria o povoado com o facilitar do transporte para o Rio de Janeiro de cavalos de Buenos Aires, onde os havia e muito baratos.

No ano anterior, [...] o Duque de Cadaval dera voto, parecer e consulta favoráveis a semelhante intento. Apenas, a sua opinião era de que o povoado português não se fizesse na Ilha de Maldonado, mas nas proximidades da Ilha de São Gabriel e, ainda, de que não deveria ser sobre o mar, mas sim de preferência mais para o sertão. Dessa forma, podia invocar-se o pretexto de *“hir domesticar os índios bravos”* e dar almas a Deus (HOLLANDA, 2004, p. 326).

Realmente, a localização da Ilha de Maldonado, atual Ilha Gorriti, junto a Punta del Este, atendia em melhores condições geopolíticas que a Ilha de São Gabriel, pois além de estar mais afastada de Buenos Aires, estava localizada em privilegiada posição estratégica na boca do estuário.

Uma vez fundado o empreendimento português em Maldonado, poderiam os lusos prosseguirem para o norte, dando início a outra povoação – Montevidéu –, sítio conhecido, porém desabitado. Por fim, em prosseguimento ao processo de expansão, alcançariam o local em que se acabou fundando Sacramento, em frente a Buenos Aires, materializando, assim, a ocupação de toda a margem esquerda do Rio da Prata.

No entanto, o Príncipe Regente D. Pedro⁸ optou por erguer a fortificação na Ilha de São Gabriel, em detrimento de Maldonado, pois Portugal enfrentava uma verdadeira crise de restrição monetária e havia consciência da situação e da necessidade imperiosa de tomar medidas adequadas, que, associadas a uma crise do açúcar e do tabaco brasileiros (em consequência da concorrência cada vez maior das Antilhas), fez com que o Príncipe decidisse pela componente econômica, em detrimento da geopolítica.

Assim, verifica-se que a escolha do local para a fundação da Colônia do Sacramento atendeu exclusivamente aos interesses comerciais, em prejuízo dos geopolíticos, o que trouxe vultosos reflexos para a manutenção do empreendimento português no Prata, pois a proximidade de Buenos Aires, uma verdadeira base de apoio, facilitava aos espanhóis a adoção de medidas contrárias à investida portuguesa.

Tanto é verdade que o governador de Buenos Aires foi imediatamente informado da expedição de D. Manuel Lobo por um espanhol que tinha ido à Ilha de São Gabriel em busca de lenha, e este, ao ver os navios portugueses, retornou a Buenos Aires para avisar as autoridades.

Ao ter conhecimento da chegada dos portugueses, o governador D. José de Garro enviou ao seu encontro uma comissão a fim de requerer ao comandante dos navios que abandonasse as terras do rei de Espanha, pois se não o fizesse com toda a brevidade usaria da força para desalojar os invasores da região, o que de fato acabou acontecendo.

Portanto, o sentido da Banda Oriental no contexto do sistema colonial espanhol, além de econômico, era estratégico devido à sua posição dominante na entrada do Rio da Prata, de onde podia controlar o tráfico de escravos de dentro e de fora desse grande complexo fluvial. Afora isso, a área oriental configurava-se em um amortizador entre o Brasil e o Rio da Prata, daí ter sido disputada pelas Coroas portuguesa e espanhola (RECKZIEGEL, 2015, p. 438).

⁷ Fronteiras naturais são aquelas que coincidem com grandes obstáculos naturais inconfundíveis e de vulto, como mares, grandes rios, montanhas e lagos (SILVEIRA, 1977, p. 13).

⁸ Cognominado de O Pacífico, quinto filho do rei D. João IV.

Logo, eram plenamente fundados os temores dos espanhóis de que com a fundação da Colônia do Sacramento os portugueses procuravam dominar todo o Vice-Reinado do Peru e, por isso, não mediram esforços para desalojá-los do estuário platense, uma vez que o que importava a Portugal em um momento de dificuldade econômica era obter uma parte da riqueza de Potosi e, como consequência da fundação de Sacramento, anexar uma grande extensão de terras que prometiam lucros com a exploração de sua riqueza pecuária.

A construção da fortaleza de Sacramento, segundo Camargo (2001), não foi, contudo, um fato isolado. Fazia parte da secular prática portuguesa de garantir sua expansão territorial a partir do estabelecimento de praças fortes ou presídios. Em geral, exerciam simultaneamente o papel de feitorias comerciais. Essa prática foi adotada a partir de experiências prévias dos portugueses na África e na Ásia. Os primórdios das colonizações lusitanas se sustentaram mais em entrepostos do que em interiorização territorial.

Ainda, segundo o autor referido, esta foi uma das estratégias encontradas para a manutenção de um império colonial, a partir de uma metrópole que, a princípio do seu processo de expansão colonial, contava com aproximadamente um milhão de habitantes e sem condições, portanto, de fornecer uma grande multitude de braços à sua própria empresa colonial. Essa escassez, praticamente, forçava a opção militar e geopolítica de manter uma presença oficial mais agressiva apenas em determinados pontos-chave que garantissem áreas de maior interesse da Coroa.

É claro que a territorialidade de um estado exige uma correspondente demarcação de sua soberania mediante o estabelecimento de fronteiras. No entanto, até a constituição dos Estados nacionais de base democrática, segundo Reckziegel (2015), nem sempre se procurou fazer com que as fronteiras geográficas coincidisse com as da nacionalidade. É óbvio que tanto a origem étnica, quanto a religião, a língua, as atividades econômicas, ou a combinação de um ou mais desses elementos, não acabam de forma abrupta em um rio, em uma cadeia de montanhas, lago ou pântano. Menos ainda perdem a função em qualquer linha que possa ser traçada em relação às características físicas.

É evidente, portanto, que quando da fixação de limites na área fronteira possa haver certa arbitrariedade, provavelmente quando não estiver balizado por acidentes físicos que tenham função separadora. Logo, é concebível que nesta zona de fronteira haja propensão à ocorrência de conflitos, confrontos e disputas político-estratégicas.

Assim, é compreensível que a tumultuosa história do estabelecimento português, iniciado em 1680, capturado e arrasado no mesmo ano pelos espanhóis, fosse por quatro vezes sitiado e por três vezes ocupado, quando, por força do Tratado de Santo Ildefonso, passou definitivamente a pertencer à Espanha, em 1777.

Isto posto, segundo Possamai (2009), a disputa pelo território da Colônia do Sacramento não implicava somente razões econômicas e estratégicas importantes para as Coroas ibéricas. Para a Espanha, era de importância vital o controle das duas margens do Rio da Prata para a defesa do monopólio comercial de suas colônias na América do Sul. Para Portugal, a posse da Banda Oriental significava o acesso à prata através do contrabando, além da participação no lucrativo negócio do comércio de couros. Mas, se o domínio da Banda Oriental era muito importante para instigar os interesses metropolitanos, a disputa pelos seus recursos era ainda mais intensa pelas pessoas que habitavam a região, um fator de atrito a mais a se acrescentar na tradicional rivalidade luso-espanhola. Dessa forma, o avanço das colonizações portuguesa e espanhola tendia a aumentar a intensidade dos choques, antes restritos às proximidades da Colônia do Sacramento.

Assim, verifica-se que o interesse dos espanhóis em assegurar o domínio absoluto de todo o Rio da Prata era tão grande quanto o desejo dos portugueses de instalarem-se na região, em face das vantagens comerciais e geopolíticas que a sua posse asseguraria à Coroa que viesse a dominá-lo totalmente.

Realmente, o Rio da Prata e seus principais formadores, o Paraguai, o Paraná e o Uruguai desempenhavam decisivo papel geoeconômico⁹, pois a vasta rede fluvial abria vias para a circulação mercantil no interior do Cone Sul da América.

Nesse contexto, a Ilha de Maldonado localizada em privilegiada posição estratégica na boca do

⁹ Geoeconomia é o estudo da geografia atrelado à economia de determinada região.

estuário, projetava influência no plano regional da Bacia do Prata, assegurando a quem a controlasse inegável vantagem, pois quem dominasse esta importante rota teria o poder político dessa região em suas mãos.

Em consequência, se os portugueses tivessem fundado seu empreendimento nesta Ilha, ou em terra firme mais para o sertão, poderiam posteriormente a partir daí implementar outros, como em Montevidéu e ainda no próprio local onde foi fundada a Colônia do Sacramento, o que certamente lhes asseguraria a posse da margem norte do Rio da Prata e, por conseguinte, a integração dessa porção territorial ao atual Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, o qual se encontra fisicamente interligado ao espaço uruguaio, sem nenhuma grande cadeia de montanhas, nenhum curso d'água intransponível, nenhum deserto ou pantanal inabitável que separem os dois entes políticos.

Contudo, a forma como tudo ocorreu, resultou ao final em uma área territorial constituída em flagrante desrespeito à realidade geográfica que amputa uma vasta unidade que tinha seus limites naturais nos Rios Uruguai e do Prata.

Ademais, se tivessem os portugueses assegurado a posse da referida margem esquerda do Estuário poderiam, oportunamente, reivindicar o *uti possidetis de facto*, princípio do direito internacional originário do direito romano que significa "que você continue a possuir o que possui", ou seja, é um princípio segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este, a menos que disposto em contrário por tratado.

Por sinal, no estabelecimento de limites proposto pelo Mapa das Cortes (1749), que serviu como base para as Coroas portuguesas e espanholas formularem o Tratado de Madri, em 1750, e estabelecerem as fronteiras de atuação ibérica no continente americano, o principal elemento de definição foi o *uti possidetis de facto*.

Aliás, a chamada Banda Oriental do Rio Uruguai não contou com povoações europeias até a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680. A partir de então se iniciou uma disputa acirrada entre as duas Coroas ibéricas para conquistar a região. Contudo, as repetidas ordens régias aos governadores de Buenos Aires para que dessem início à fortificação de Maldonado ou Montevidéu, antes que os portugueses o fizessem, nunca foram cumpridas. Provavelmente, os governadores cederam às pressões dos portenhos, aos quais não interessava povoar a Banda Oriental, já que ela lhes servia como uma gigantesca reserva de gado, onde podiam extrair couros e buscar reses para repovoar as suas estâncias. A criação de novas povoações na região, mesmo que espanholas, pressupunha a chegada de novos concorrentes na exploração do gado selvagem (POSSAMAI, 2006, p. 123-124).

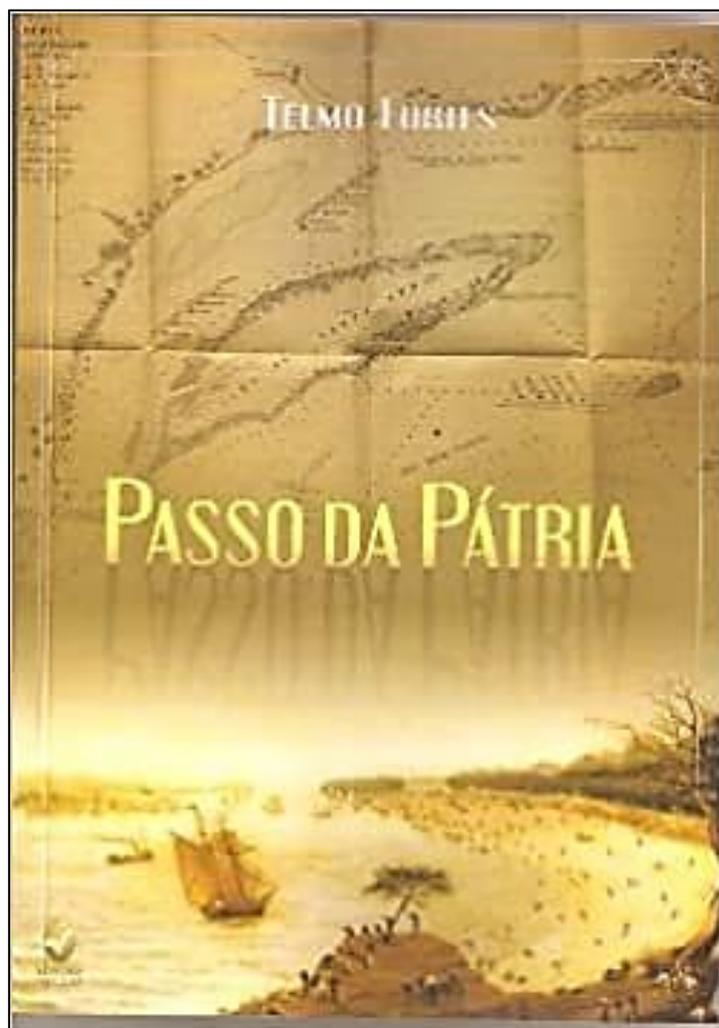
Conseqüentemente, como se verificou, as necessidades da vida econômica foram mais fortes do que as conveniências geopolíticas, pois Portugal, ao desconsiderar a fundação de uma base permanente distante de Buenos Aires, e estrategicamente situada em Maldonado, ou seja, à entrada da grande via de comunicação do Atlântico com o interior meridional do subcontinente americano, deixou de projetar maior influência no plano regional das áreas banhadas pela Bacia do Prata, isto porque próximo das respectivas embocaduras, e não perto das cabeceiras, é que se encontram recursos para a sua exploração, e melhores condições para fixação de núcleos povoadores duradouros.

Além disso, a procura da inclusão da foz do Rio da Prata é compreensível em termos estratégicos, pois, segundo Castro (2020), havia um preceito do direito internacional, de quem dominasse a foz de um rio poderia utilizá-lo como via de navegação. Portanto, o controle da região onde o Prata deságua no oceano Atlântico, em teoria, permitiria que os portugueses comerciassem com todo o interior da América.

Entretanto, Portugal pretendia abarcar, na demarcação de sua Coroa, todo o Prata, quando menos, talvez, sua margem esquerda. Por conseguinte, o fortim que tinha erigido em face a Buenos Aires, e não em Montevidéu, por exemplo, ou mesmo em Maldonado, mais próximo do desaguadouro do rio e melhor indicado para uma fundação duradoura, já mostraria esse desígnio, se a escolha do sítio não tivesse sido ditada por outra consideração, mais válida naquele tempo do que o moderno conceito de fronteira natural, uma vez que os lusos buscavam observar uma velha tradição geopolítica revelada por crônicas e mapas que via no Prata o limite natural dos domínios portugueses no sul do subcontinente americano.

Em vista disso, a decisão do Monarca português em localizar a Colônia do Sacramento diante de Buenos Aires repercutiu no desenrolar da história sul-americana das Coroas ibéricas, uma vez que suas

A AHIMTB/RS adquiriu o livro cuja capa segue abaixo, de autoria do futuro Membro-Efetivo da nossa Academia Dr. Telmo Fortes, que possui vários outros trabalhos importantes, principalmente sobre a Guerra do Paraguai e antecedentes. Esta obra discorre sobre todo o processo de transposição do Rio Paraná antes da invasão do solo paraguaio pelas tropas do General Osorio. O livro está à disposição dos integrantes.



EDITOR:

LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS, CEL PRESIDENTE DA AHIMTB/RS (LECAMINHA@GMAIL.COM)

SITES: WWW.AHIMTB.ORG.BR E WWW.ACADHISTORIA.COM.BR

SITE DO NÚCLEO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS/CMS: WWW.NEE.CMS.EB.MIL.BR

SITE DO NÚCLEO MILITAR DE GRAMADO: WWW.NUCLEV.COM

BLOG DA DELEGACIA DA FAHIMTB/RS EM RECIFE, PE – DELEGACIA HERÓIS DE

GUARARAPES: [HTTP://HISTORIA-PATRIOTA.BLOGSPOT.COM/](http://HISTORIA-PATRIOTA.BLOGSPOT.COM/)